



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

OS SABERES E PRÁTICAS DOCENTES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: NA VISÃO DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Autora (1): Mariana Cunha Castro; Co-autor (1): Luciane de Sousa Araújo; Co-autor (2): Sayonara Fernandes Chagas.

Universidade Estadual do Ceará-UECE. E-mail: mariana.cunha@aluno.uece.br

Universidade Estadual do Ceará-UECE. E-mail: luciane.sousa@aluno.uece.br

Universidade Estadual do Ceará-UECE. E-mail: sayonara.fernandes@aluno.uece.br

RESUMO

O texto tem por finalidade refletir sobre a inclusão e a capacidade de aceitação da diversidade dos indivíduos na sociedade e no ambiente escolar, garantindo oportunidades e acesso igualitário a todos. Buscamos entender quais são as políticas públicas que trazem a inclusão social e escolar como debate, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos educacionais nacionais e internacionais. Através de leituras e análises de obras por diferentes autores, pretende-se no presente artigo trazer aspectos relevantes sobre o tema abordado a partir de uma abordagem histórica sobre o assunto, analisando a educação especial atualmente, apontando questões ligadas à inclusão social e escolar das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A metodologia constitui-se por meio de uma pesquisa qualitativa, através de uma análise bibliográfica e uma entrevista semiestruturada, possuindo como objeto de estudo a visão de uma professora vinculada a educação infantil em uma escola particular do município de Fortaleza. Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a inclusão acontece atualmente, levando em consideração sua abordagem histórica e atual através da visão da referida professora. Utilizamos como aporte teórico: Amaral (1992); Karagiannis, Stainback e Stainback (1999); Mantoan (2003); Magalhães (2002); Mendes, Veltrone (2012). Além da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No decorrer da pesquisa percebemos o quanto esta discussão se faz relevante na condução de uma sociedade justa e igualitária, tendo a escola um papel fundamental no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Especial, inclusão escolar, prática docente.

INTRODUÇÃO

A escola para muitos é o primeiro meio de socialização, onde os sujeitos saem do ambiente familiar e passam a conviver com pessoas e situações diferentes dos quais estão acostumados. Essa troca existente entre os diversos alunos é enriquecedora, pois possibilita que eles realizem experimentos e façam descobertas diariamente. Nesta relação é possível que os educandos passem a perceber, o outro, a partir de suas semelhanças e diferenças. Nesta experiência diária os educandos passam a compreender o diferente, possibilitando aos poucos que a inclusão aconteça no meio escolar e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

posteriormente, no meio social. Concordamos com Karagiannis, Stainback e Stainback quando dizem:

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. (1999, p. 21).

Segundo Mantoan (2003) as escolas do Brasil são marcadas pelo insucesso e pela evasão de uma parte considerável de seus alunos, por muitas vezes encontrarem-se marginalizados por suas diferenças. Esta situação ocasiona queda de rendimento nos estudantes, gerando posteriormente a exclusão escolar e social. A falta de conhecimento da nossa sociedade (a maior parte dela) acerca da inclusão que foi ocasionada por anos de segregação, acabou gerando falta de compreensão de que todos nós temos diferenças e que devemos respeitar a todos no meio social em que vivemos.

No início do século XXI, o Sistema Educacional Brasileiro disponibilizava dois tipos de escolas: a regular e a especial. O aluno com necessidades especiais pertencia à escola especial e um aluno “dito normal” frequentava a escola regular (ou seja, não era permitido que um único ambiente escolar recebesse “os dois públicos”). Devemos salientar que nesta época, o aluno com necessidades especiais dificilmente tinha interação com os demais alunos e era visto como uma pessoa limitada, incapaz, recebendo pouco estímulo em sua aprendizagem.

Contudo, com o passar do tempo e evolução da sociedade e das tecnologias não mais era permitido essa segregação, logo, na última década o sistema escolar modificou-se através da proposta inclusiva. Nesta conjuntura um único modelo de escola, a escola regular receberia a missão de acolher todos os alunos, visando transmitir conhecimentos a todos independente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Nesta passagem para a escola regular, alguns termos popularmente conhecidos por definir as pessoas com necessidades especiais foram alterados, por exemplo, deficiência mental no lugar de deficiência intelectual; autismo ao invés de transtornos globais de desenvolvimento. Isto aconteceu, devido as mudanças, especialmente, a partir de 2008, com o documento publicado pelo MEC.

A mudança de terminologia de deficiente mental para deficiente intelectual parece ser uma estratégia que visa garantir que todos os alunos sejam bem atendidos na escola. Para tanto, é importante investigar como os professores que lidam diretamente com este alunado percebem esta mudança de nomenclatura, bem como verificar se ela tem consequências na prática educativa destes profissionais em sala de aula. (MENDES; VELTRONE, 2012, p. 364).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A inclusão escolar é um assunto cada vez mais debatido em nossa sociedade, principalmente no ambiente escolar, onde vemos profissionais que não estão capacitados para atuar com crianças especiais e o meio ao qual está não propicia uma formação contínua, onde os maiores prejudicados são os alunos. Vendo toda essa disparidade presente na nossa sociedade, surgiram alguns questionamentos: Até que ponto os professores estão preparados para atuar com as diferenças em sala de aula? Qual suporte é dado pelas instituições escolares? Quais documentos ajudaram na inclusão das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar?

É necessário, que o educador tenha competências, capacidades e potencialidades, preocupando-se com o aprendizado de todos os alunos, independentemente das dificuldades de alguns, mas sempre visando oferecer o melhor de si para o aluno ali inserido. O educador deve contemplar às necessidades de todos, de forma igualitária, trabalhando a convivência, ajudando ao próximo, trabalhando e tentando identificar as limitações dos alunos.

Este trabalho possui caráter qualitativo e foi elaborado a partir de uma pesquisa de campo com base em uma entrevista semiestruturada, realizada em dois momentos: inicialmente com uma professora que atua com alunos especiais dentro da sala de aula e com a mãe de uma das alunas com necessidades especiais que frequentam a escola.

METODOLOGIA

Este trabalho possui caráter qualitativo onde nos utilizamos da pesquisa de campo para a obtenção dos dados, por intermédio de uma entrevista semiestruturada, com uma professora vinculada ao ensino fundamental de uma escola particular do município de Fortaleza – CE. O uso de entrevistas é uma das opções mais utilizadas, devendo ser reconhecido como um método de qualidade para a coleta de dados, havendo um planejamento, desde a escolha do participante ao local da entrevista.

Segundo Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Com relação ao referencial teórico sobre a educação especial, optamos pela utilização dos conceitos e ideias trabalhadas por: Amaral (1992); Karagiannis, Stainback e Stainback (1999); Mantoan (2003); Magalhães (2002), Mendes; Veltrone (2012).

As discussões surgiram após a disciplina de Educação Inclusiva e Diversidade, através de leituras de algumas obras referentes a inclusão escolar. A escolha da instituição foi feita por ser uma escola que se mostrou receptiva ao visitarmos em busca de saber um pouco mais sobre a acessibilidade do espaço. A escolha da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

professora em questão foi realizada pelo fato de ser uma profissional que trabalha com dois alunos com necessidade especiais dentro da sala de aula regular.

Após realizarmos a entrevista com a professora e organizá-la, passamos a pesquisar sobre a inclusão, realizando um apanhamento histórico sobre o assunto, buscando as leis e por fim de que forma a educação especial funciona atualmente no país (neste terceiro tópico realizamos comparações a partir das falas da entrevistada). Por fim, acreditamos que este trabalho tenha sido de grande relevância para nós estudantes, visto que, possibilitou um maior aprofundamento nesta temática tão importante na formação de nós professores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levantamento histórico sobre as pessoas com necessidades especiais

Discutir sobre inclusão atualmente apresenta-se como uma atividade árdua e que se encontra distante de um modelo eficaz e justo. A falta de informação que grande parte das pessoas possuem sobre este assunto e/ou falta de interesse mergulha a sociedade em sua maioria na ignorância. Contudo, muito já caminhamos nesta jornada, durante muito tempo as pessoas com necessidades especiais eram mal vistas na sociedade, a ponto de serem tratadas como aberrações, por conta da ignorância que por muito tempo permeou a vida dos sujeitos que as rodeavam.

Desde o início dos tempos as pessoas que nasciam com má formações físicas eram marginalizadas pela sociedade, visto que o corpo era a principal “forma de sustento” dos cidadãos daquela época: trabalhavam, caçavam e conseguiam sua sobrevivência com aquilo que conseguiam levar para casa. Segundo Magalhães (2002, p.30) “(...) as pessoas se adaptavam à estrutura organizacional da sociedade basicamente em função de sua capacidade física”. Logo, aqueles que possuíam diferentes deficiências eram considerados ineptos para viver naquela época. Além disso, com os poucos recursos científicos que existiam na época, a probabilidade de sobrevivência diminuía consideravelmente.

Com o passar do tempo, já na Idade Média, essas pessoas ainda viviam as margens da sociedade, contudo começavam a serem vistos como pessoas que mereciam cuidados especiais (mesmo sendo na conotação de caridade e não - ainda - do respeito em si). Com a evolução da sociedade, nas épocas Moderna e Contemporânea estes sujeitos aos poucos passaram a serem vistos como cidadãos e aos poucos vão recebendo a atenção e auxílio que merecem, surgindo também a preocupação com a educação desses cidadãos. Diante desta trajetória podemos concluir que muito se caminhou para



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que as pessoas compreendessem que “o diferente é normal” e mesmo que distante continuamos seguindo em busca de uma sociedade justa e igualitária.

Essa evolução na forma de pensar a inclusão de pessoas com necessidades especiais só foi possível porque com o passar do tempo e evolução da ciência, as pessoas passaram a estudar mais e aos poucos perceberem que excluir sujeitos pelo simples motivo de suas deficiências físicas ou cognitivas não poderia mais ser sustentado. Logo, acreditamos que a principal forma de conseguirmos uma igualdade de direitos dos diferentes sujeitos seja a partir da educação, pois se desde o início de nossa formação passássemos a receber instruções que abrangessem este assunto, aos poucos as pessoas se tornariam menos leigas, possibilitando a inclusão. Muitas vezes as pessoas não sabem como lidar com pessoas com necessidade especiais, demonstrando falta de informação e não falta de interesse. Logo, acreditamos que a educação seja o melhor caminho para traçarmos um futuro melhor e mais digno para todas as pessoas viverem igualmente. Concordamos com Amaral, (1992, p. 9) “Assim, repensar nossas próprias concepções, preconceitos e atitudes com relação à pessoa com deficiência é o primeiro passo no sentido de construir práticas pedagógicas, de fato inclusivas.”.

Documentos orientadores para a educação inclusiva

Compreender o novo paradigma da Educação Inclusiva implica conhecer o percurso de construções históricas que trazem os aspectos sociais, culturais, mas também, as concepções que até hoje influenciam os contextos educacionais. O surgimento de um corpo de leis que defende os direitos da pessoa humana é um avanço muito importante, pois assegura o direito de todos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A terminologia ao longo do tempo, vem sofrendo mudança, com a pretensão de diminuir o impacto e a marginalização, depois de pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência e hoje pessoa portadora de necessidades educativas especiais.

A partir do século XX, foi quando os indivíduos com deficiência começaram a ser vistos como cidadãos. A primeira medida política aconteceu com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde enfatizam que todos somos iguais perante a lei.

Artigo. II - Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Artigo. VII - Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) estabelecem que os portadores de necessidades especiais devam estudar de preferência nas escolas regulares e que todos têm direito à educação.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) realizada em Jomtien, na Tailândia, fixou metas para melhorar a educação de crianças e jovens com necessidades especiais e erradicar o analfabetismo. A Declaração de Salamanca, aprovada em junho de 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais. Portanto, todos esses documentos legais vêm para modificar o entendimento de que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudante.

Na Educação Inclusiva, é necessário ir além da teoria, ocorrer de fato na prática pedagógica, no dia a dia do educador e do educando, para que possam na sala de aula buscar combater barreiras que possam provocar a exclusão educacional dos alunos portadores de alguma necessidade especial. O educador ao deparar-se com todos os seus alunos, deve mostrar que independente das limitações, possuem potencialidades e habilidades. Dessa forma, devem buscar o respeito pelas diferenças, proporcionar oportunidades diversificadas para os alunos possam respeitar uns aos outros, não somente na sala de aula, mas na sociedade, através da interação de todos.

O papel da escola e do professor na inclusão

Uma escola inclusiva tem que está preparada para receber todos os alunos, independente de sexo, cor, religião, deficiência ou qualquer outra situação. Somos todos iguais perante a lei, então por que as escolas não estão preparadas para receber a todos? Outro papel fundamental para a formação de uma escola inclusiva é o seu corpo docente, onde os profissionais deveriam (devem) ser qualificados para trabalhar com todos os educandos. Um bom corpo docente e uma boa estrutura escolar faz com que os alunos se sintam motivados a estudar, diminuindo assim o número de desistentes, a relação da direção da escola com a professora:

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. (BRASIL, 2004, p.8).

Segundo Antunes e Padilha (2007), a inclusão diz respeito a ocupar todos os espaços do ambiente escolar, valorizando as relações interculturais que enriquecem culturalmente e socialmente a todos, ao falarmos de inclusão estamos falando de um todo, não apenas dos alunos com necessidades especiais. A escola precisa ser aberta para todos os alunos, porque mais do que uma integração, é necessário com urgência a inclusão de todos.

Para iniciar a pesquisa escolhemos nossa entrevistada, uma Pedagoga. A docente leciona em uma instituição particular em Fortaleza há seis anos, ministra uma turma do infantil V e trabalha com dois alunos autistas em uma sala de aula regular. Escolhemos essa profissional por se tratar de uma educadora que trabalha com alunos com necessidades especiais. Ela começou a lecionar antes mesmo de cursar pedagogia, é formada por uma faculdade à distância, e conciliava sua rotina como professora da educação infantil com o curso semipresencial. Neste trabalho realizamos alguns questionamentos como, por exemplo: como foram a formação obtida por ela em relação à educação inclusiva, dificuldades no dia a dia para trabalhar com alunos que precisam de uma atenção especial. Segundo a professora, tudo o que ela sabe sobre educação inclusiva aprendeu por conta própria, tendo como ferramenta principal a internet e colegas de profissão que a ajudavam através de conversas informais, repassando os ensinamentos adquiridos com a prática na sala de aula.

Ao questionarmos sobre qual seria sua maior dificuldade em uma sala inclusiva, a professora relata que sua falta de experiência/conhecimento sobre a inclusão gera problemas como não saber quais recursos didáticos utilizar, pois os alunos com necessidades especiais tem um processo mais lento de aprendizagem do que os demais, o que gera um atraso no conteúdo repassado em sala de aula. A relação dos alunos da sala ocorre de forma cooperativa, todos ajudam uns aos outros. No momento da nossa entrevista percebemos como os alunos auxiliam os colegas “diferentes”, sejam nas atividades que a professora passava ou até mesmo levando o lanche do colega na hora do intervalo. Percebemos então que por parte das crianças a inclusão é completa.

A direção da escola aparenta ser presente no que diz respeito a ajudar a professora, ela nos contou que: “Como tenho os alunos especiais a diretora é mais presente, sempre perguntando se preciso de algo e como está o aprendizado das crianças.” O que se percebe que a direção trabalhando junto com a professora gera uma segurança de um bom trabalho por ambas as partes. É nítido a importância de professores e escola caminharem juntas, cada um



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

com o seu papel dentro do ambiente profissional, porém ambas construindo uma educação de qualidade aos alunos.

CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada concluímos que este trabalho foi de grande relevância para nós futuras profissionais docentes. Discutir a inclusão no contexto em que vem vivemos é uma atividade árdua e que se encontra distante de um modelo ideal. Contudo, sabemos que a garantia dos direitos dos cidadãos com necessidades especiais é dever não só das pessoas que convivem com estes sujeitos e sim dos cidadãos como um todo. É válido ressaltar, que muito se caminhou nesta jornada e que aos poucos as pessoas portadoras de deficiências físicas ou cognitivas vão alcançando seu espaço e validando seus direitos.

Neste sentido, acreditamos que a principal forma de conseguirmos a inclusão integral destes sujeitos seja através da educação. Educação esta que deve ocorrer em escolas regulares onde todos convivam com o diferente, aprendendo juntos. Se desde o começo de nossa formação aprendêssemos e convivêssemos com o diferente passaríamos a compreender que a diferença é natural e que podemos conviver com ela.

Acreditamos que a entrevista com a professora foi bastante intuitiva e reflexiva, pois nos conscientizamos para que a educação inclusiva realmente aconteça é imprescindível a capacitação docente para que possam suprir as peculiaridades dos alunos, pensar sobre a organização do espaço escolar, no sentido de acolher a diversidade. Diante disto, o processo inclusivo deve ser visto de forma cômico diante das situações que ocorrem na escola, por meio deste processo ocorre a possibilidade do educando significar e dar outros olhares a sua existência quanto sujeito inserido no mundo. Também tem a possibilidade de compreender que todas as pessoas são seres distintos, e a partir dessa ideia além de se tornar um ser mais humanizado, é capaz de respeitar e aceitar o diferente.

A oportunidade de conhecer uma escola contemporânea e da vivência de crianças especiais foi gratificante e enriquecedora para nossa sabedoria e profissão. Ajudou-nos a esclarecer e a construir um novo campo de visão: como é feito o processo de educação inclusiva nas Instituições de Ensino. Sendo assim, podemos ser responsáveis por uma transformação maior na vida dessas crianças e de toda sociedade, contemplando tanto âmbito profissional quanto o pessoal.

REFERÊNCIAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **O eu e o outro compartilhando diferenças, construindo identidades.** Disponível em: <file:///C:/Users/Familia/Desktop/O%20Eu%20e%20o%20Outro%20compartilhando%20diferen%20en%20C3%BEas%20construindo%20diferen.pdf> Acesso em: 5 de agosto de 2016.

AMARAL, L. A. **Sociedade x deficiência.** Revista Integração [do] SEESP-MEC, ano 4, n. 9, p. 4-10, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** CORDE. Brasília - DF, 1994.

BRASIL. **Educação inclusiva: A Escola.** Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em: 10 de agosto de 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KARAGIANIS, A., STAINBACK, W. e STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo.** In STAINBACK, W. e STAINBACK, S. (org.). Inclusão. Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **"Traduções para as palavras diferença/deficiência: um convite à descoberta."** Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Demócrito rocha (2002).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. & VELTRONE, A.A. **Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual.** In: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012.